

ROMA E AS PRIMEIRAS CULTURAS EPIGRÁFICAS
DA LUSITÂNIA OCIDENTAL

José d'Encarnação
Universidade de Coimbra

Separata de
**ROMA Y EL NACIMIENTO
DE LA CULTURA EPIGRÁFICA
EN OCCIDENTE**

Francisco Beltrán Lloris, editor

Actas do colóquio sobre esse tema, realizado em Zaragoza [4-6.11.1992]



INSTITUCIÓN «FERNANDO EL CATÓLICO»
ZARAGOZA
1995

ROMA E AS PRIMEIRAS CULTURAS EPIGRÁFICAS DA LUSITÂNIA OCIDENTAL

José d'Encarnação

Universidade de Coimbra

1. QUESTÕES DE MÉTODO

Não vou repetir o bem elaborado esquema metodológico proposto – digno de avançada dissertação de doutoramento – mas creio que valerá a pena recordá-lo, ainda que em vagas pinceladas, para que de novo nos consciencializemos da real importância dos fins a atingir.

Pretendem os organizadores deste Colóquio que cada relator analise a epigrafia da sua área dos mais variados pontos de vista: autoria e ambiente social, destinatários, função, suporte, contexto ambiental, paginação... Desta sorte se poderão apresentar conclusões acerca da delimitação (geográfica, cronológica e numérica) das epígrafes em apreço; da sua representatividade em função de factores diversos (materiais, antrópicos, históricos, de investigação...); sua datação; influências culturais nelas patentes. Ou seja, determinar exaustivamente, na globalidade dos prismas de estudo, como foram, em cada área geográfica, os primeiros momentos da produção epigráfica romana.

Plano ambicioso, portanto, embora apenas se pretenda cingir à estrita análise do monumento epigráfico sem que, a partir dele, mais largos voos se ensaiem nos aliciantes domínios da História (económica, social, das mentalidades...).

Pressupõe o plano o **conhecimento exaustivo** dos monumentos epigráficos disponíveis e uma bem elaborada base de dados. Pressupõe... um computador; mas não um computador qualquer: um computador onde já tenham sido eficientemente introduzidos esses dados em programa especialmente concebido para o efeito.

Talvez algumas áreas usufruam já desses privilégios. Congratulamo-nos e fazemos votos de que rapidamente dêem a conhecer os resultados obtidos, a fim de novas pistas de investigação poderem ser cuidadosamente ensaiadas. Tal não acontece, porém, com a Lusitânia ocidental, neste momento da pesquisa. Poderei dizer que conheço praticamente todas as epígrafes daí provenientes. Estudei miudamente o *conventus Pacensis*; está feita a revisão das epígrafes do *conventus Scallabitanus (Igaedis, Collipo, Conimbriga, Viseu, Cárquere...)*. Mas não há estatísticas que permitam, por exemplo, dizer da percentagem dos monumentos datáveis dos primórdios do Império em relação aos que atribuímos aos séculos II e III...

Os objectivos a atingir neste colóquio – de acordo, volto a repetir, com as sugestões que nos foram feitas – pressupõem, pois, uma visão quantitativa (ia a dizer «matemática») da realidade epigráfica até agora nossa conhecida. Imaginei gráficos, cálculos percentuais, cruzamentos de dados.

Cheguei a ensaiar alguns.

Assim, por exemplo, posso adiantar que, no âmbito da epigrafia do *conventus Pacensis* (cf. IRCP), cerca de 23% dos testemunhos (150 em 650, *grosso modo*) podem ser atribuídos ao século I. Esse número revela-se equivalente ao de uma cidade como Conímbriga (cf. ÉTIENNE *et alii* 1976), onde a epigrafia do século I atinge os 30% (26 em 80). E também não está muito longe do que se verifica na cidade de *Collipo* (cf. BRANDÃO 1972), onde, de 44 epígrafes, 17 poderão ser do século I, isto é, 39%. Mas já

a epigrafia de Torres Vedras, do território a norte de Olisipo e junto da faixa litoral atlântica (região que vem assinalada no mapa com o número 7 e que foi estudada por Vasco MANTAS [1982 e 1985]), mais de 62% dos monumentos são do século I (10 em 16).

Que significado atribuir a estes dados, que são tão aleatórios, tão dependentes do acaso dos achados, da pesquisa?

Será que o melhor é mesmo desistir de prosseguir nessa direcção? Não – porque, embora com mais ou menos empirismo, mesmo sem dados numéricos *aproximados* (quanto mais rigorosos!), algumas tendências se poderão desde já assinalar.

Há, por outro lado, problemas de índole *metodológica* a resolver.

Como vou datar do século I um monumento funerário? Até que ponto não teremos partido de pressupostos teóricos susceptíveis de alguma discussão? Por exemplo, uma identificação à maneira indígena (um só nome + patronímico) sugere de imediato os primórdios do Império. Nesse caso, como se explica que um certo *Vegetus Talabari filius* assim se identifique no ano 217 da nossa era, datação segura pois que vem expressa pela indicação consular (*Presente et Extricato consulibus*) e, para mais, apresentando a epígrafe a grafia II = E, amiúde considerada um arcaísmo? (cf. GUERRA 1989).

2. CRITÉRIOS DE DATAÇÃO

De um modo geral, têm sido os seguintes os critérios adoptados para se atribuir uma epígrafe **funerária** ao século I d. C. na Lusitânia ocidental¹:

- a) ausência da invocação aos deuses Manes;
- b) uso de onomástica indígena e de um modo de identificação que denuncie romanização incipiente:
 - com um só nome (de etimologia indígena ou já latina) e patronímico (seguido, ou não, de *filius*): *Annius / Arconis filius* /

1. Não andarão longe destes os critérios apontados por PATRICK LE ROUX (1975, 45) para a região de Braga; por Audin e Burnand (1959) para os epitáfios de Lyon, que, aliás, seguem de perto a distribuição cronológica das fórmulas proposta para toda a Gália por J.-J. Hatt (1951, 19); por Jean-Marie Lassère para o Norte de África; por F. Beltrán Lloris (1980, 324-327 e 342), como já tive ocasião de salientar (in *Conimbriga* 23 1984 216), para os textos de Sagunto.

Tem sido, aliás, constante preocupação dos epigrafistas determinarem critérios de datação válidos para cada zona. Citem-se, ainda, a título de exemplo: TRANOY 1981, 347-348, e MARINER BIGORRA 1974.

heic situs (IRCP 328);

- filiação mediante cognome (em vez do *praenomen* em sigla) ou com *praenomen* por extenso: *Cocceia Silonis filia*) *Avita* (ILER 5356);
- presença de cognome de raiz indígena, quando já se regista a identificação com os *tria nomina*: *C. Iulius Arenius* (IRCP 66);
- c) ausência de *cognomen* (para quem se identifique com *praenomen* e *nomen*): *L. Sargaius Maxumi filius* (FE 82);
- d) menção da tribo²;
- e) simplicidade textual (ausência, por exemplo, de adjectivos);
- f) fórmula final H. S. E. (nomeadamente se por extenso) sem o voto S. T. T. L.;
- g) paleografia³;
- h) simplicidade e um certo «classicismo» na tipologia do monumento e na sua molduração⁴.

Nas inscrições **de tipo honorífico**, além dos citados aspectos antroponímicos, ter-se-ão em conta a paleografia, os títulos do homenageado⁵, o modo de identificação da entidade dedicante.

Em relação aos **textos votivos**, creio já estar posta de parte a ideia de que a colocação do nome do dedicante a anteceder o teónimo era sinal de antiguidade⁶. Trata-se, antes, em meu entender, de um bom indício de que o monu-

2. Parece-me lógico considerar também que a menção da tribo por extenso denota recente atribuição da cidadania romana, o que, aliado a outros critérios, pode ser uma indicação preciosa. Estou a recordar IRCP 578, de Monforte (da zona assinalada no mapa com o nº 5), que é o epitáfio de *P. Anonius Silo* e de sua mulher, *Aquilia Cara*, uma indígena (diz-se “filha de *Camulus*”), mandado gravar em vida dela e onde se regista *QVIRINA* por extenso.

Embora ultrapasse o âmbito cronológico deste colóquio, refira-se que Jean-Noël Bonneville (1982) concluiu que a indicação da *origo* mediante a menção da tribo e do topónimo depois dos *tria nomina* sem a filiação é característica dos anos 160-190. Trata-se do exemplo duma metodologia a seguir em relação a outros elementos identificativos.

3. Para além dos trabalhos dos Gordon, cite-se CAGNAT 1914 e a síntese apresentada por BATTLE HUGUET (1946 114-115).

4. Apesar de todos os cuidados que teve para clarificar a nomenclatura dos monumentos epigráficos, sua tipologia e molduração (1980 e 1984), Jean-Noël Bonneville não logrou descobrir qualquer relação bem evidente entre determinada tipologia e determinada época. Anna Sadurska (1951), por seu turno, ensaiou uma relação – um tanto polémica, é certo – entre a cronologia e a decoração em relevo existente nos epitáfios romanos.

5. Recordem-se os critérios seguidos por Alberto BALIL em relação aos senadores hispânicos (1961, 46-49).

6. Colhi esta ideia em LE ROUX (1982, 200), que diz expressamente, a propósito de CIL II 151: «Ce texte [...] est probablement du 1^{er} siècle, car le nom de la divinité est placé à la fin».

mento se destinava a ser colocado juntamente com outros no local sagrado e o relevo dado ao dedicante era forma de distinção⁷. O modo de identificação do dedicante e as características da divindade – aliados à paleografia e à tipologia do monumento – serão, decerto, os critérios mais frequentemente utilizados.

Nas **inscrições monumentais** não expressamente datadas, o seu eventual contexto arqueológico, o modo de identificação do dedicante, a paleografia e as informações que veiculam poderão ser preciosos auxiliares.

A aferição dos critérios de datação usados para as várias regiões do Ocidente mediterrânico poderá constituir um interessante tema de discussão deste nosso encontro. Por exemplo:

a) Quanto à *menção da tribo*: será de atribuir-lhe também uma conotação cronológica? Valerá a pena retomar o debate em torno da ligação da tribo Galéria aos Júlios-Cláudios e da Quirina aos Flávios⁸?

b) Terão os chamados ‘arcaísmos’ e determinadas grafias (xs por x, v. g.) algum significado cronológico⁹?

c) Poderá determinar-se um faseamento na adopção de tipologias monumentais funerárias, como tive ocasião de propor na mesa-redonda de Bordéus, em 1981 (ENCARNAÇÃO 1984)? Terá sido a estela o monumento funerário primeiramente adoptado pelas populações?

d) Será possível, finalmente, saber se, no mesmo momento cronológico, em idêntica fase da aculturação, os modelos foram idênticos por toda a parte? Uma questão que levantei no Colóquio de Forlì (Setembro de 1990), sem que, de momento, as respostas tenham surgido (cf. ENCARNAÇÃO, 1993, 241).

3. AS INSCRIÇÕES OFICIAIS

Não se pretende elaborar aqui um *corpus* completo das inscrições oficiais datáveis dos finais da República, primórdios do Império, na Lusitânia ocidental. Vasco Mantas dirá da importância das mesmas para o estudo da organização administrativa imperial, nomeadamente dos *termini augustales*. Das demais, refiramos as seguintes:

7. Assim o entendo, por exemplo, ao observar o conjunto dos ex-votos destinados ao santuário de Endovélico (IRCP 502, 503, 506, 508, 516, 518, 521, 525, 526, 527).

8. Sobre este debate, ver, entre outros, WIEGELS 1985 e CASTILLO 1988.

9. Ver, a este propósito, GASCOU 1989 e a recensão que inseri, sobre esse colóquio de Lyon, no número 30 (1991) da revista *Conimbriga* (pp. 174-178).

a) Em Alcácer do Sal (*Salacia*) um indígena, *Vicanus Bouti filius*), consagra um edifício ao imperador Augusto, em 5 ou 4 a. C. (cf. ENCARNAÇÃO 1988, 166). O texto foi gravado no bloco moldurado dum edifício, provavelmente um templo do culto imperial, e a circunstância de terem sido grafadas por extenso as palavras relacionadas com o elemento religioso (*Augusto, pontifici maximo, potestate...*) aliada ao facto de a uma fórmula final como *faciendum curavit* ou *fecit* ou, mesmo, *consacravit*, se ter preferido *sacrum* acentua o carácter religioso do conjunto.

b) A *civitas Igaeditanorum* homenageia, provavelmente no ano 3 d. C., Caius Caesar, filho de Augusto, pontífice, cônsul, imperador, príncipe da juventude (ILER 1036). O texto foi gravado num pequeno bloco paralelepípedo (52 x 75 x 40 cm), de granito, rudemente afechado, que também parece destinado a ser incorporado num edifício público.

c) Data de 21 de Janeiro do ano 31 a *tabula patronatus* de Juromenha (IRCP 479). Trata-se, é certo, de um documento privado, pois é o contrato de *hospitium* entre os membros da *gens Stertinia* e L. Fulcinus Trio. Só que L. Fulcinus Trio se apresenta na qualidade de legado do imperador Tibério; por isso, há que ver aqui algo mais do que um simples compromisso de hospitalidade caseira: a conotação política, «oficial», não pode ser despendida.

d) Lugar de destaque merece o chamado *Ius-iurandum Aritiensium* (IRCP 647), porque documenta a concretização, a 11 de Maio de 37, de um juramento oficial de fidelidade ao imperador, na sequência daqueles a que as *Res Gestae* de Augusto expressamente se referem (25) e que se terão tornado um hábito na Península Itálica e nas províncias, mormente em períodos de crise. Estamos, aqui, nos primórdios do reinado de Calígula, que assumira a 18 de Março o poder imperial. Este testemunho, gravado numa tábuia de bronze que se perdeu por ocasião do terramoto que assolou Lisboa a 1 de Novembro de 1755, deve, por consequência, ser relacionado com o monumento seguinte.

e) Trata-se, verosimilmente, do pedestal (92 x 57 x 52 cm) para uma estátua sentada – como se documenta nas moedas cunhadas nessa época – estátua que, no mesmo *conventus Emeritensis*, a *civitas Aruccitana* dedica, no mesmo ano de 37, a Agripina-a-Velha, mãe do imperador e mulher de Germânico, numa altura em que Calígula tenazmente se empenhou em reabilitar a memória da sua família, que Tibério procurara aniquilar (cf. ENCARNAÇÃO 1989 e também GONZÁLEZ 1988, 275-276).

O que, para já, ressalta destes dois testemunhos é o calor que deles se desprende em prol

do governo central. Um apego que só se justifica pelo entusiasmo que se conseguiu despertar na população. É certo que todo o formulário poderá ter algo de estereotipado, mas, na verdade, há toda uma *devotio* bem patente em frases como: «Se alguém põe ou puser em perigo Gaio César Germânico, a ele ou o seu bem-estar, não me cansarei de o perseguir, pelas armas, em guerra de morte, na terra e no mar, até lhe aplicar o castigo; nem estimarei mais os meus filhos do que a vida dele».

f) É nessa mesma linha de ideias que deveremos analisar um outro testemunho, do ano 44 ou 45: dando cumprimento ao voto anual – *ex voto annuo* – a que se obrigara, a *civitas Ammaiensis* homenageia o imperador então reinante, Cláudio (cf. IRCP 615). Eco, sem dúvida, daquele outro sacrifício anual que o Senado ordenara, no ano 13 a. C., se fizesse no altar da Paz Augusta, em homenagem aos êxitos do imperador na Hispânia e na Gália, ao qual também o próprio Augusto se refere nas *Res Gestae* (12). Trata-se, pois, duma solene manifestação oficial de devoção e fidelidade, até porque vem consignada na epígrafe a identificação do governador da província, L. Calventius Veter Carminius, em cuja presença decerto a cerimónia se realizou, com plena intervenção dos magistrados locais. Nesse contexto se deve entender a menção dos dois nomes, em ablativo, que concluem a epígrafe: *Proculus*, filho de *Pisirus*, e *Omuncio*, filho de *Cilaius*, são os representantes da *civitas*. O monumento, de reduzidas dimensões (45 x 29,5 x 18 cm), pode ser classificado como cipo e destinar-se-ia, certamente, a figurar no recinto consagrado ao culto imperial.

g) Em Olisipo, o augustal perpétuo C. Heius Primus Cato – em companhia, quiçá, doutros membros da sua família ou com a intervenção deles – dedicará ao imperador Nero, em 57, a construção (ou remodelação) do proscénio e da *orchestra* do teatro. Se tivermos em linha de conta o grande interesse que este imperador teve pelas representações teatrais (cf. FERNÁNDEZ URIEL 1991), facilmente poderemos deduzir o elevado significado político que importa atribuir ao gesto, na aparência só benemerente, deste augustal.

Perante este – ainda que fugaz – panorama é legítimo deduzir que, na Lusitânia ocidental e nestes primórdios do Império, sempre terá sido preocupação das burguesias locais manifestarem, publicamente e de forma duradoura, o seu apreço pelo imperador reinante, utilizando os formulários e o tipo de monumentos comuns em todo o Império, porque de manifestações oficiais, eventualmente regulamentadas, se trata.

4. AS BURGUESIAS LOCAIS

E já que falamos de burguesias locais, talvez não seja descabido assinalar que delas nos restam, no território em apreço, não muitos testemunhos em relação ao período que estamos a considerar.

Há, entre esses magistrados, gente claramente oriunda do exterior e, também, indígenas alvo de rápida promoção por via económica ou devido ao seu estatuto social.

Já Robert Étienne (1982, 521) chamou a atenção para o facto de não se registarem, na epigrafia da Lusitânia, nenhuns senadores cronologicamente situáveis no século I.

E dos cavaleiros algo de semelhante se poderá dizer: pouco se sabe, na medida em que geralmente o que nos aparece é a homenagem ao burguês municipal no momento em que ele, após a prefeitura dos artífices (*praefectura fabrum*), assume um tribuno militar e, por isso, vai exercer funções fora do território lusitano. É o que se verifica, por exemplo, com L. Cornelius Bocchus (IRCP, pp. 743-744), de Salácia; com M. Aurelius (IRCP, p. 745), de Pax Iulia; e o que aconteceria decerto com o L. Marcius Avitus, da Egitânia (ILER 6379), se não houvesse morrido prematuramente.

Com inscrições datáveis do século I poderemos, pois, citar, no âmbito das burguesias locais, Q. Iulius Plotus, de Olisipo, que foi flâmine de Calígula e de Agripina-a-Nova (CIL II 194); C. Iulius Rufinus, que morreu antes de exercer as funções de edil para que fora designado, em Olisipo também (CIL II 225); L. Iunius Philon, que terá sido, em Salácia, flâmine perpétuo do divino Augusto (IRCP, p. 744); e L. Porcius Himerus que aí foi também flâmine imperial (IRCP, p. 744).

É normalmente em textos honoríficos que estas individualidades são citadas. E a tipologia destes monumentos obedece aos cânones habituais da epigrafia urbana, idênticos em todo o Império. Estamos, geralmente, em presença de cipos paralelepípedicos, destinados a serem colocados no *forum*. Um ou outro, como é o caso do de Hímero (ICRP 187), apresenta decoração vegetalista nas molduras. Mas o mais corrente é o cipo sem qualquer ornato singular. Mesmo o suporte do epitáfio de C. Iulius Rufinus, acima referido, se assemelha bastante aos cipos, o que se compreende se atendermos a que a menção do cargo para que fora designado empresta ao epitáfio uma conotação honorífica também.

5. OS MONUMENTOS VOTIVOS

Se os monumentos honoríficos da primeira idade da epigrafia na Lusitânia ocidental obede-

cem, como acabamos de ver, aos cânones estipulados, o mesmo se poderá dizer das dedicatórias votivas quer estejamos em ambiente rural quer em ambiente urbano. Talvez o único elemento distintivo seja a maior ou menor dimensão, o requinte do material utilizado e alguma decoração suplementar. Compreende-se que uma árula para figurar em santuário campestre seja mais tosca, feita em arenito ou em granito, enquanto que o altar destinado ao templo público, oficial, da cidade, seja mais cuidado.

Mas se compulsarmos o *corpus* das inscrições votivas identificadas em território da Lusitânia ocidental, encontraremos, na verdade, um figurino idêntico ao que se nos depara nos Pirenéus, por exemplo em Saint-Bertrand-de-Comminges (cf. *Autels...*) ou em Colónia, na Alemanha (cf. GALSTERER 1975), quer se trate de dedicatórias a I. O. M., a Vénus, a uma qualquer divindade do panteão clássico ou a uma divindade indígena. O mesmo tipo de fóculo ladeado por toros, a mesma molduração... Talvez com uma pequena diferença: a singeleza. O panorama da epigrafia votiva lusitano-ocidental do século I da nossa era é, seguramente, um panorama de simplicidade; não se regista, mesmo nas cidades – a não ser que esses monumentos hajam posteriormente sido destruídos por imperativos da religião cristã – aquela sumptuosidade decorativa, a nível de baixos-relevos nomeadamente, que se descortina noutras paragens na mesma época.

6. A EPIGRAFIA FUNERÁRIA

Será, pois, na epigrafia funerária – porque diz respeito a algo de mais íntimo, de mais próximo de cada pessoa ou grupo de pessoas, porque mais abundante – que as diferenças se revelam, que os localismos prevalecem.

Sem prejuízo de, um dia, ser apresentada uma panorâmica minimamente significativa das epígrafes tidas em consideração e apesar de não dispormos ainda, como disse, de dados estatísticos fiáveis – atrevo-me a traçar um quadro da primeira idade da epigrafia funerária na Lusitânia ocidental, onde, para cada uma das zonas assinaladas no mapa anexo, se apontam as características consideradas **dominantes** em relação, de certo modo, às rubricas que nos foram sugeridas. Ainda que um tanto empiricamente (como se assinalou), dá-se também em percentagem uma ideia da representatividade numérica desta epigrafia em confronto com a dos dois séculos seguintes identificada na mesma área:

1

No território do Sudoeste do *conventus Paensis*, sensivelmente entre *Vipasca* e a costa

meridional, o tipo de monumento funerário dominante, nos primórdios do Império, foi a estela de forma irregular, trabalhada no xisto local.

Directamente relacionável com as estelas epigrafadas da II Idade do Ferro, cuja escrita, como se sabe, ainda está por decifrar, a estela prende-se, aqui, a um contexto predominantemente rural.

A onomástica patente é etimologicamente indígena ou latina incipiente, registando-se larga percentagem do gentílico *Iulius* (ENCARNAÇÃO 1978).

De um modo geral, poder-se-á dizer que a estrutura textual mais corrente nestas estelas corresponde ao seguinte esquema: nome do defunto (por vezes em genitivo) seguido do patronímico, com ou sem fórmula final (H. S. E.).

Sem grande receio de errar, aponto como muito provável uma percentagem da ordem dos 90% dos monumentos datáveis do século I em relação aos datáveis de períodos posteriores.

Dois exemplos:

- IRCP 126 (fig. 1) – Estela de xisto (106 x 57 x 14 cm), de forma vagamente rectangular, campo epigráfico rebaixado e polido, linhas auxiliares duplas, bem visíveis, com o seguinte texto: IVLIA / SEILI F(*ilia*) AMOENA. Provém de Ourique.

- FE 83 – Estela de grauvaque (69 x 53 x 6/8 cm), de forma irregular, campo epigráfico delimitado por desbaste, linhas auxiliares não visíveis, com o seguinte texto: L(*ucii*) CORNELI(i) MITVLI. Provém de Castro Verde.

É desta zona, concretamente da região de Peroguarda, concelho de Ferreira do Alentejo, que procede uma estela toscamente afeiçãoada, com frontão triangular (IRCP 335). O texto, de difícil decifração por estar bastante destruído (a pedra foi reutilizada), começa já pela invocação aos deuses Manes, o que indicia uma datação para os finais do século I. Mas o que é na peça mais interessante são os seus elementos decorativos rudemente delineados em baixo-relevo no meio do texto: um jarro, uma pátera e um feixe de quatro «toros» verticais, de significado estranho. Como já Abel Viana observou, regista-se aqui uma certa semelhança com a decoração das «tampas das cistas baixo-alentejanas de tipo argárico, com armas insculturadas». Pátera e jarro são, porém, os elementos decorativos típicos das aras funerárias; não poderemos, pois, ver aqui a vontade de imitar esse tipo de monumentos? Não indiciará a estela de Peroguarda a transição do uso da estela para a adopção da ara, um monumento culturalmente mais avançado, como já tive ocasião de assinalar? (ENCARNAÇÃO 1984, 298).

No território que compreende *grosso modo* os termos das cidades de Pax Iulia (actual Beja) e de Eborac (Évora), o monumento epigráfico datável do século I é a placa, moldurada ou não, de consideráveis dimensões, destinada primordialmente a ser incorporada nos grandes edifícios funerários: alguns mausoléus, decerto, muitos jazigos de família. Preparada no mármore local (das pedreiras de Trigaches ou de S. Brissos ou de Estremoz/Vila Viçosa), insere-se num contexto eminentemente urbano ou de características urbanas, mesmo quando o edifício – como certamente amiúde acontece – se deve situar na *villa* propriedade da família.

A onomástica aqui patente é, como se compreende, predominantemente latina, não-peninsular, atribuída, por isso, a gente vinda de fora, da Península Itálica (estou a recordar uma Masonia Veneria, recentemente registada e ainda por publicar), do Norte de África, nos primórdios da fundação da colónia pacense e do município eborense.

A estrutura textual obedece, a princípio, a um esquema assaz singelo – o nome seguido da fórmula final H. S. E.; em meados do século, começa a ser mencionada a idade e, também, a identificação do dedicante.

Em termos percentuais, porém, dada a abundância de epígrafes datáveis do século II e até dos primórdios do III no território destas duas cidades, a epigrafia do século I não deverá representar mais do que 10% da totalidade dos monumentos até agora identificados.

Dois exemplos:

- IRCP 306 (fig. 2): Placa rectangular (48 x 93 x 6,5), de mármore do tipo Estremoz/Vila Viçosa, sem campo epigráfico distinto. O texto reveste-se de grande simplicidade, pois apenas apresenta os nomes dos defuntos: D(ecimus) IVLIVS D(ecimi) F(ilius) GAL(eria tribu) NAVVS / IVLIA T(iti) F(ilia) ALBVRA / CORANIA / D(ecimus) IVLIVS D(ecimi) F(ilius) GAL(eria tribu) / SATVRNINVS / OCTAVIA.

Como salientei, no comentário que então fiz a este texto, duas das personagens, por exibirem o mesmo prenome e o mesmo gentílico, serão verosimilmente da mesma família, pai e filho quicá; a primeira personagem feminina tem de comum com eles o gentílico, mas o patronímico varia, de sorte que poderá ser ou não da mesma família; Corania e Octavia estiveram talvez ligadas aos *Iulii* por casamento. Anote-se que tanto Coranius como Octavius são genticípios pouco frequentes no conventus Pacensis e mesmo na Lusitânia. A monumentalidade dos caracteres (a sua altura varia entre 4,3 e 5,4), a beleza do conjunto, a existência de linhas auxiliares e o

cuidado posto na paginação, tudo isso permite concluir que a placa se destina a um jazigo de família.

Proveio duma *villa* dos arredores de Beja.

- Placa de mármore, de 58 cm de altura e 87 de comprimento, ainda inédita, rudemente afeioada, procedente duma *villa* romana dos arredores de Montemor-o-Novo. O texto é o seguinte: P(ublius) CAECILIVS / M(arci) F(ilius) NIGER / H(ic) S(itus) E(st) CAECILIA / M(arci) F(ilia) ARANTA / H(ic) S(ita) E(st).

Se o gentílico Caecilius é bem latino e o cognome Niger também, Aranta tem etimologia pré-romana.

Nos termos das cidades costeiras de Mirobriga (sita junto da actual Santiago do Cacém), Salacia (Alcácer do Sal) e Caetobriga (Setúbal), os monumentos funerários mais frequentes são as pequenas placas e cipos, geralmente de mármore, adequados a um contexto urbano.

A onomástica, latina, própria de imigrantes; uma estrutura textual simples: nome, fórmula final (H. S. E.); por vezes, menção da idade.

Não atingirá os 20% em relação aos monumentos de época posterior o número de monumentos funerários aqui encontrados até ao momento, datáveis do século I.

Dois exemplos:

- IRCP 196: Cipo em lumachela cretássica rosada (da região), de média dimensão (85,2 x 45 x 45), que ostenta o seguinte texto: L(ucius) RVBRIVS / PRISCINVS / ANN(or)um XXVI H(ic) S(itus) E(st). Tanto o gentílico *Rubrius* como o cognome *Priscinus* não são frequentes na Península.

Proveio dos arredores de Alcácer do Sal.

- IRCP 223 (fig. 3) é exemplo – embora, infelizmente, muito fragmentado – de um tipo de placas muito pequenas (em média, as dimensões andarão à volta de 20 x 20 x 2 cm) que se documenta sobretudo na península de Tróia, frente a Setúbal, onde, ao tempo dos Romanos, existiu importante centro de produção de *garum*. Não se lhes conhece com absoluta certeza qual o seu enquadramento original, mas a circunstância de se ter achado, embora com data mais tardia, uma árula de tijolo e estuque (IRCP 212) em que a inscrição figura também numa pequena placa de lumachela cretássica, como esta e como as demais, leva-nos a supor ser essa a sua finalidade. Apesar de já ostentar a fórmula inicial de consagração aos deuses Manes, o facto de omitir ainda a palavra *sacrum* e a ausência

de S. T. T. L. sugerem a segunda metade do século I.

4

No termo dos actuais concelhos do Redondo e de Reguengos, designadamente na área de S. Pedro do Corval, encontramos um horizonte epigráfico muito semelhante ao que registámos na zona 1. O tipo de monumento funerário mais frequente é a estela, de formato tendencialmente regular, talhada, sem grande esmero, no xisto local. Trata-se, como se sabe, de uma zona intensamente habitada desde as mais recuadas eras, uma vez que aí se conserva o maior conjunto dolménico do mundo ocidental, em termos quantitativos e não só. Daí, talvez, o apego mais vincado às tipologias tradicionais.

O contexto é, pois, predominantemente rural e a onomástica patente nos monumentos é latina incipiente, com larga representação do gentilício *Iulius*. Observa-se uma estrutura textual simples: nome, patronímico, idade, por vezes menção do dedicante, fórmula final.

Creio não estar longe da verdade se apontar uma percentagem da ordem dos 100% para os monumentos do século I registados até ao momento na região, o que não deixa de ser um fenómeno curioso.

Dois exemplos:

- FE 117 (fig. 4): Estela de ardósia, de contornos irregulares, procedente do concelho do Redondo. Mede 34 x 58,5 x 4 cm e apresenta, num campo epigráfico definido por linhas de pauta duplas, o seguinte texto: C(aius) IVLIVS / PENTI / F(ilius) TVRPIO / H(ic) S(itus) E(st).

A onomástica é latina, apenas se denunciando no patronímico a origem hispânica do defunto.

- IRCP 424: Estela de ardósia, afeioada em forma de tampa de sepultura (17,6 x 58,5 x 4), com o seguinte epitáfio: C(aius) IVLIVS PRO/ CVLVS TAPO/RI F(ilius) AN(norum) XX / H(ic) S(itus) E(st) CVR(avit) / PATER.

O patronímico, *Taporus*, é indígena.

Proveio de S. Pedro do Corval.

5

O termo do actual concelho de Elvas apresenta, no século I, monumentos funerários cuja tipologia é, predominantemente, a placa moldurada, feita do mármore abundante no local.

É uma epigrafia que, embora procedente de *villae*, denuncia um contexto urbano. A onomástica é latina, a estrutura textual obedece geralmente ao seguinte esquema: nome + idade + H.

S. E. (por vezes, com S. T. T. L.) + dedicante + parentesco + fórmula dedicatória final (F. C. ou P. C.).

A zona foi habitada durante todo o Império, mas sofreu uma intensa implantação de colonos logo nos primeiros tempos, por se encontrar na zona de influência – e muito provavelmente também no território – da capital da Lusitânia, Mérida. Por isso, poderemos estimar em cerca de 50% a percentagem de monumentos funerários do século I aqui identificados, monumentos que reflectirão decerto os modelos vistos nas terras de origem, mormente em contexto urbano, como se disse.

Exemplos:

- IRCP 442 (fig. 5): Placa de mármore branco de Estremoz/Vila Viçosa (38,5 x 47). Campo epigráfico com moldura de gola directa. SEX(tus) AEBVTIV/S SEX(ti) F(ilius) PAP(iria tribu) RVF/INVS AN(norum) XXXXV / HIC EST S(it) T(ibi) T(erra) L(evis) / F(ilius) PATRI P(onendum) C(uravit).

A tribo Papíria é, como se sabe (cf. FORNI 1976), a de Mérida.

- IRCP 594: Placa de mármore branco de Estremoz/Vila Viçosa (35 x 44). Campo epigráfico limitado por moldura de gola directa com ranhura exterior, diagonais marcadas nos cantos. O epitáfio reza o seguinte: MAXSVMA / MAXSVMI F(ilia) AN(norum) / XXV H(ic) S(ita) E(st) S(it) T(ibi) T(erra) L(evis) / MODESTA GEMINI / F(ilia) MATER F(aciendum) C(uravit).

Onomástica latina – usada, porém, à maneira indígena.

6

É *sui generis* a epigrafia funerária identificada no território em torno das vilas do Crato, Nisa e Marvão, localidade em cujas proximidades se localizou a cidade de *Ammaia*, ainda por escavar. Aí se encontra predominantemente a estela esguia, paralelepípedica, amiúde de topo arredondado, com decoração de rosácea, afeioada no granito local. O contexto é rural e a onomástica, indígena. Os epitáfios apresentam uma estrutura que pouco se afasta do seguinte esquema: nome + patronímico + idade + H. S. E. + S. T. T. L., a que se junta, por vezes, a identificação do dedicante.

A percentagem de monumentos com estas características talvez ultrapasse os 50%, identificando-se também uns 10% de representações idênticas à zona 4.

Exemplos:

• IRCP 624 (fig. 6): Estela de granito, afeixada nas quatro faces, decorada, na parte superior, com uma rosácea octopétala e um crescente de pontas para cima. Dimensões: 176 x 41 x 19. Texto: CAMIRA / MAXVMI / F(ilia) AN(norum) XX / H(ic) S(ita) IIST [sic] S(it) T(ibi) T(erra) L(evis).

Camira é antropónimo tipicamente lusitano.

O monumento proveio de Aldeia da Mata (Crato).

• IRCP 644 (e Aditamento, p. 107): Grande estela (197,1 x 36,2 x 14,9), de granito claro, decorada com rosácea de seis pétalas e um crescente de pontas para cima. Texto: DVATIVS / AVITI F(ilius) / AN(norum) XX / H(ic) S(itus) E(st) S(it) T(ibi) T(erra) L(evis) / VLLEA / AFVLI F(ilia) / MATER / ET AVITV/S P(ater) [FIL(io)] F(aciendum) Q(uraverunt) [sic].

Uma mescla de onomástica etimologicamente latina e pré-latina – usada, porém, à maneira indígena.

Proveio de Nisa.

7

A faixa litoral do território lusitano desde a cidade de Olisipo, no estuário do «aurifer Tagus», até à actual Óbidos apresenta uma epigrafia funerária que poderei chamar de grandes monumentos (placas, copas, cipos), porque, na verdade, o que aí mais impressiona é a dimensão. Talhados no calcário local, destinarem-se-iam uns a um contexto urbano, outros a um contexto rural mas não significativamente afastado das influências urbanas. Mesmo as placas de menores dimensões terão pertencido a monumentos funerários de certa imponência arquitectónica.

A onomástica neles patente revela também uma feliz combinação entre os antropónimos etimologicamente latinos e aqueles cuja origem se há-de buscar nos idiomas pré-romanos, o que denota no conjunto o precoce relacionamento entre os indígenas e os imigrantes itálicos que cedo aqui se fixaram.

A estrutura textual é deveras semelhante àquela com que nos deparámos na zona 5, quiçá devido à presença dos mesmos factores: nome + idade + H. S. E. e, também, com menção de dedicante, grau de parentesco e fórmula final dedicatória (F. C.).

Ouso apontar uma percentagem elevada para os monumentos do século I aqui atestados em relação aos demais: 70%¹⁰.

Exemplos:

• Cupa (ou, se se preferir, «cipo de secção arciforme») de mármore (53,5 x 98,5 x 69,5

cm), proveniente da região de Sintra, que apresenta num dos topos este epitáfio: M(arcus) APRONIVS M(arci) F(ilius) / GAL(eria tribu) MARCIANVS / AN(norum) X H(ic) S(itus) E(st).

Anote-se, como curiosidade, a circunstância de um indivíduo de dez anos já ser apresentado como se tivesse sido inscrito numa tribo, o que constitui, sem dúvida, indício do orgulho que os pais tinham na cidadania romana.

O desenho ilustrativo que apresento (fig. 7) foi reproduzido da fig. 52 do trabalho de José Cardim RIBEIRO (1982-1983, 290) que, a pp. 285-332, faz um estudo assaz exaustivo do monumento.

• MOREIRA 1982: Do concelho de Porto de Mós – onde, nos últimos anos, se têm encontrado várias inscrições do século I com elevado interesse – proveio este epitáfio gravado numa placa de mármore, moldurada (47 x 62,5 cm), datável já dos tempos da dinastia flávia: D(is) M(anibus) S(acrum) / AVFIDIAE / RVSTICAE / AN(norum) XVII FILIAE / Q(uintus) LIVRIVS / RVSTICVS P(onendum) C(uravit).

Ambos os gentílicos denotam proveniência exterior à Península Ibérica.

8

Finalmente, a população que, no século I da nossa era, habitou o território que abrange os termos da antiga Igaedis (actual Idanha-a-Velha, concelho de Idanha-a-Nova, a norte da cidade de Castelo Branco) e de Viseu (cidade cujo nome antigo por enquanto se desconhece), ou seja, *grosso modo*, o espaço geográfico que engloba a quase totalidade dos actuais distritos portugueses de Viseu, Castelo Branco e Guarda, preparou para os epitáfios dos seus mortos blocos paralelepípedicos de grande espessura, decerto integráveis como elementos arquitectónicos dum monumento funerário de certas dimensões.

10. A epigrafia do *ager olisiponensis* não está ainda reunida, na sua totalidade, num *corpus* sistematicamente organizado. A obra de Vieira da SILVA (1944), apesar de desactualizada, é ainda a que mais epígrafes contém. José Cardim RIBEIRO tem publicado vários trabalhos sobre a epigrafia da região, designadamente do museu de S. Miguel de Odrinhas, cujo espólio epigráfico foi estudado primeiramente por FONTES (1975) e depois por Scarlat LAMBRINO (1952). Um erudito estudo recentemente dado à estampa por Cardim RIBEIRO (1982-1983) contém, no entanto, inúmeras achegas para um estudo epigráfico desta zona. VASCO MANTAS (1982 e 1985) estudou, como já dissemos, a epigrafia de Torres Vedras e o *corpus* elaborado por D. Domingos de Pinho BRANDÃO (1972) é, ainda, o mais completo sobre a epigrafia do aro de *Collipo*, a ser completado pelos textos dados a conhecer nos mais recentes números do FE.

Talhados no rijo granito local, esses blocos tanto se deveriam inserir, portanto, num contexto urbano como num contexto rural, e a onomástica dos defuntos que memoram é, também, um misto de antropónimos latinos (gregos também) e indígenas, a denotar a simbiose, a aculturação que se verificou. A estrutura textual não difere muito da que temos visto até aqui: nome do defunto, idade, H. S. E., identificação do dedicante, indicação do seu parentesco com o defunto e fórmula final, onde, amiúde, se insere igualmente a menção de uma disposição testamentária, indício de precoce inserção nos esquemas mentais romanos. A inscrição dispõe-se predominantemente na horizontal.

Regista-se uma percentagem da ordem dos 50% de monumentos desta época, porque também aqui a persistência de povoamento foi longa.

Exemplos:

- FE 15 (fig. 8): Bloco de granito que teria moldura e que foi posteriormente adaptado a verga de porta manuelina, actualmente com as seguintes dimensões: 42 x 100 x 28,5. Provém do concelho do Fundão. Texto: GRAECINIVS / LANGON / ANN(orum) XXXV / H(ic) S(itus) E(st) S(it) T(ibi) T(erra) L(evis).

A ausência de *praenomen* poderia sugerir uma data mais tardia, mas tanto a simplicidade do texto como a paleografia apontam para o século I. Tal ausência pode ser aqui devida à incipiente aculturação, uma vez que estamos, muito provavelmente, perante um liberto da *gens Graecinia* de que outros testemunhos há na região.

- ALMEIDA 1969, 259-260: Bloco rectangular moldurado com o seguinte epitáfio: CLIVS CAMALI F(ilius) / AN(norum) LXX H(ic) S(itus) S(it) T(ibi) T(erra) L(evis) / MAILA PVC I F(ilia) EXS T(estamento) F(aciendum) C(uravit).

* * *

Requerer-se-ia, como disse a princípio, um *corpus* integral das inscrições já documentadas para, com maior segurança, testarmos as sugestões ora apresentadas.

Na verdade, estas linhas não pretenderam ser mais do que isso: meras sugestões, retiradas de uma pesquisa que ainda não chegou ao fim. Se, numa derradeira fase dessa pesquisa, servida pelos meios informáticos de que por enquanto não dispomos, algumas das afirmações aqui propostas se houverem confirmado, ficarei contente por não ter sido inoportuno reflectir, desde já, convosco - mesmo com os incompletos dados disponíveis.

BIBLIOGRAFIA CITADA

SIGLAS

AntAfr. *Antiquités Africaines*. Paris.

BEP. *Bulletin des Études Portugaises et de l'Institut Français au Portugal*. Coimbra.

FE. *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra.

ILER. VIVES (J.), *Inscripciones Latinas de la España Romana*. Barcelona, 1971 e 1972. Quando as siglas ILER forem seguidas de um número sem vírgula significa que se está a fazer referência ao número da inscrição no catálogo.

IRCP. ENCARNAÇÃO (José d'), *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis*, Coimbra, 1984. **Aditamento** in *Trabalhos de Arqueologia do Sul* 1, 1986, 99-109. Quando as siglas IRCP forem seguidas de um número sem vírgula significa que se está a fazer referência ao número da inscrição no catálogo; se houver vírgula, o número refere-se à página.

JRS. *Journal of Roman Studies*. Londres.

MCV. *Mélanges de la Casa de Velázquez*. Madrid.

REA. *Revue des Études Anciennes*. Bordéus.

RG. *Revista de Guimarães*. Sociedade Martins Sarmento, Guimarães.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA (J.) e FERREIRA (F.), «Varia epigraphica», RG 79, 1969, 257-260.

AUDIN (A.) e BURNAND (Y.), «Chronologie des épitaphes romaines de Lyon», REA 61, 1959, 320-352.

Autels Votifs, Catálogo da exposição organizada, em 1990, pelo Musée Archéologique Départemental de Saint-Bertrand-de-Comminges.

BALIL (A.), «Los senadores hispánicos desde Septimio Severo a Diocleciano», *Saitabi* 11, 1961, 45-60.

BATTLE HUGUET (P.), *Epigrafía Latina*, Barcelona, 1946.

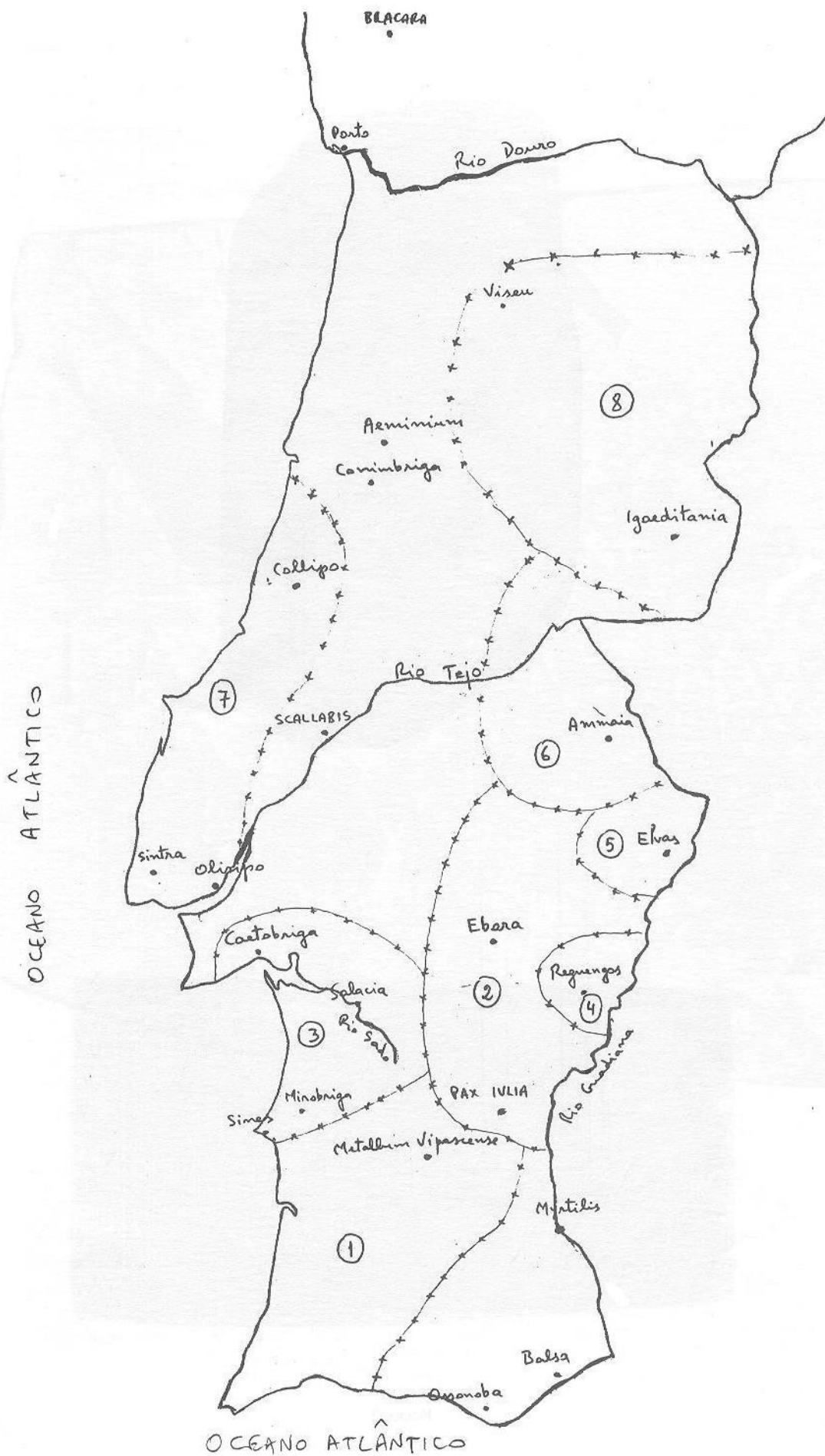
BELTRÁN LLORIS (F.), *Epigrafía Latina de Saguntum y Su Territorium*, Valência, 1980.

BÉRARD (F.) et alii, *Guide de l'Épigraphiste (Bibliographie choisie des épigraphies antiques et médiévales)*, Paris, 1986.

BONNEVILLE (J.-N.), «Le monument épigraphique et ses moulurations», *Faventia* 2/2, 1980, 75-98.

BONNEVILLE (J.-N.), «Remarques sur l'indication de l'origo par la tribu et le toponyme après des

- «tria nomina» sans filiation», *MCV* 18/1, 1982, 5-32.
- BONNEVILLE (J.-N.), «Le support monumental des inscriptions: terminologie et analyse», *Épigraphie Hispanique – Problèmes de Méthode et d'Édition*, Paris, 1984, 117-156.
- BRANDÃO (D. Pinho), «Epigrafia romana coliponense», *Conimbriga* 11, 1972, 41-192.
- CAGNAT (R.), *Cours d'Épigraphie Latine*, Paris, 1914.
- CASTILLO (C.), «La tribu Galeria en Hispania: ciudades y ciudadanos», *Estudios sobre la Tabula Siarensis* (Anejos de Archivo Español de Arqueología, IX), Madrid, 1988, 233-243.
- ENCARNAÇÃO (J.), «Estelas inéditas do Sudoeste alentejano», *Conimbriga* 17, 1978, 41-53.
- ENCARNAÇÃO (J.), «Épigraphie funéraire du conventus Pacensis (Lusitanie), un essai de distribution géo-sociologique des types de monuments», *Épigraphie Hispanique – Problèmes de Méthode et d'Édition*, Paris, 1984, 297-300. Vejam-se também as intervenções feitas a este respeito no decorrer da mesa-redonda (*ibidem*, 359-360).
- ENCARNAÇÃO (J.), «Culto e sociedade na Salácia romana», *Religio Deorum* (Actas del Coloquio Internacional de Epigrafía «Culto y Sociedad en Occidente» (Tarragona, 6-8.10.1988), Sabadell, s/ d., 161-169.
- ENCARNAÇÃO (J.), «Uma homenagem a Agripina, mulher de Germânico», *Conimbriga* 28, 1989, 157-167.
- ENCARNAÇÃO (J.), «L'épigraphie du village à l'extrême Occident d'Hispania», *L'Epigrafia del Villaggio*, Faenza, 1993, 237-259.
- ÉTIENNE (R.), «Sénateurs originaires de la province de Lusitanie», *Tituli* 5, 1982, 521-529.
- ÉTIENNE (R.), FABRE (G.) et LÉVÊQUE (P. et M.), *Fouilles de Conimbriga II – Épigraphie et Sculpture*, Paris, 1976.
- FERNÁNDEZ URIEL (P.), «Nerón y neronismo. Ideología y mito», *Espacio Tempo y Forma*, série II (Historia Antigua) 4, 1991, 199-222.
- FONTES (J.), *Museu Arqueológico de S. Miguel de Odrinhas*, Sintra, 1975.
- FORNI (G.), «La tribu Papiria di Augusta Emerita», *Augusta Emerita*, Mérida, 1976, 33-42.
- GALSTERER (B. und H.), *Die Römischen Steinschriften aus Köln*, Wissenschaftliche Kataloge des Römisch-Germanischen Museums Köln, Band II, Köln, 1975.
- GASCOU (J.), «Quelques particularités de la langue des inscriptions d'Aquae Sextiae», *La Langue des Inscriptions Latines de la Gaule*, Lyon, 1989, 11-28.
- GONZÁLEZ (J.), «Divinidades prerromanas en Andalucía», *Religio Deorum* (Actas del Coloquio Internacional de Epigrafía «Culto y Sociedad en Occidente» (Tarragona, 6-8.10.1988), Sabadell, s/ d., 271-282.
- GORDON (A. E. e J. S.), *Album of Dated Inscriptions*, Los Angeles, 1958-1965.
- GUERRA (A.), «Uma importante epígrafe proveniente do Cabeço do Crasto (S. Romão, Seia)», *Actas do I Colóquio Arqueológico de Viseu*, Viseu, 1989, 425-430.
- HATT (J.-J.), *La Tombe Gallo-romaine*, Paris, 1951.
- LAMBRINO (T. Scarlat), «Les inscriptions de S. Miguel d'Odrinhas», *BEP* 16, 1952, 134-176.
- LASSÈRE (J.-M.), «Recherches sur la chronologie des épitaphes païennes de l'Afrique», *AntAfr* 7, 1973, 7-152.
- LE ROUX (P.), «Les stèles funéraires de Braga. Remarques sur une nouvelle inscription en vers», *Archaeologica Opuscula* 1, 1975, 41-48.
- LE ROUX (P.), *L'Armée Romaine et l'Organisation des Provinces Ibériques d'Auguste à l'Invasion de 409*, Paris, 1982.
- MANTAS (V.), «Inscrições romanas do Museu Municipal de Torres Vedras», *Conimbriga* 21, 1982, 5-99.
- MANTAS (V.), «Inscrições romanas do concelho de Torres Vedras», *Conimbriga* 24, 1985, 125-149.
- MARINER BIGORRA (S.), «Procedimientos indirectos de datación epigráfica», *Miscelánea Arqueológica*, II, Barcelona, 1974, 7-12.
- MOREIRA (J.), «Uma lápide romana inédita de Porto de Mós», *Conimbriga* 21, 1982, 143-149.
- RIBEIRO (J.), «Estudos histórico-epigráficos em torno da figura de **L. Iulius Maelo Caudicus**», *Sintria* I-II (1), 1982-1983, 151-476.
- SADURSKA (A.), «Quelques remarques sur la datation des épitaphes romaines fondée sur la décoration en relief», *Atti del Terzo Congresso Internazionale di Epigrafia Greca e Latina*, Roma, 1959, 71-76.
- SILVA (Vieira da), *Epigrafia de Olisipo*, Lisboa, 1944.
- TRANOY (A.), *La Galice Romaine*, Paris, 1981.
- WIEGELS (R.), *Die Tribusinschriften des Römischen Hispanien – Ein Katalog*, Berlin, 1985.



As zonas epigráficas da Lusitânia ocidental



FIGURA 1



FIGURA 2



FIGURA 3



FIGURA 4



FIGURA 5



FIGURA 6

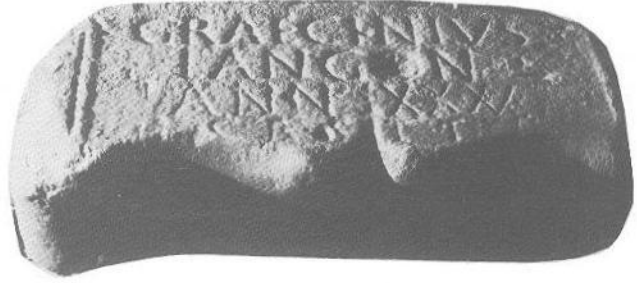


FIGURA 8

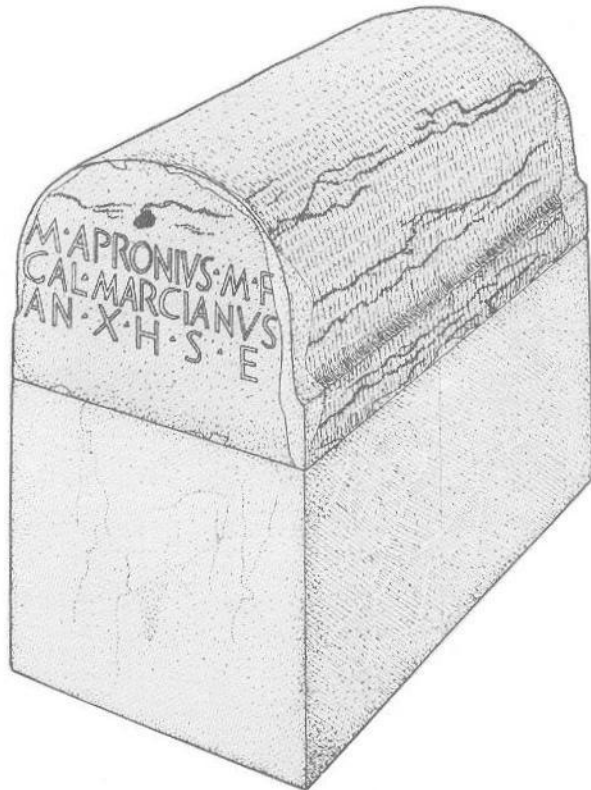


FIGURA 7